

As festas de corte em Portugal no período Filipino (1580-1640)*

José Pedro PAIVA

Univ. Coimbra – C.H.S.C.

“De uma forma geral poder-se-ia dizer que o Portugal dos Filipes foi construído sobre a base da não presença real e da complacência com esse facto, apesar das muitas manifestações de insatisfação, sinceras umas, mas meramente retóricas muitas outras”¹. Por isso, Fernando Bouza Alvarez, com originalidade e exactidão, intitulava o artigo de onde este excerto foi retirado *Lisboa sózinha, quase viúva*.

Esta sensação de viuvez da cidade e do reino, a nostalgia da presença física do rei, foi-se agravando com o decorrer do tempo. Como refere Diogo Ramada Curto, logo em 1598, a aclamação de Filipe III é feita na sua ausência, a cerimónia do juramento não se celebrou e a vereação da cidade de Lisboa não se esqueceu de recordar ao monarca “o costume que os senhores reis seus predecessores tiveram, em confirmarem, quando em acto semelhante estavam nesta cidade, todos os privilégios,

* Este texto resulta de uma comunicação apresentada nas Jornadas Internacionales *La fiesta en la época de los Austrias*, realizadas na Universidad de Burgos, entre 15 e 17 de Novembro de 2000. Uma versão, ligeiramente diferente, em língua espanhola, será publicada nas Actas das Jornadas.

¹ Cf. Fernando Bouza Alvarez, “Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes”. *Penélope. Fazer e desfazer a História*, N.º 13 (1994) p. 81.

graças, liberdades, foros que a dita cidade tem: e alem destes lhe acrescenta outros, jurando guardalos como fez a megestade de el rei Dom Filipe Nosso Senhor que esta em gloria”². Os múltiplos pedidos que se vão acumulando para o rei vir ao seu reino, que aumentaram a expectativa com que Filipe III foi esperado quando decidiu vir a Portugal em 1619, são disso sintoma evidente. Mas depois da estadia de Filipe III, que durou cerca de seis meses, como é sabido, jamais a corte régia se deslocou a Portugal.

Abro a exposição com estas considerações que outros antes de mim já fizeram, por me parecer que elas ajudam a entender a relativa escassez de estudos sobre as festas e cerimónias de corte no reino português durante o período filipino. É óbvia a constatação: se o rei não residia, não havia em Lisboa celebrações na corte.

A excepção a este quadro geral é quebrada por estudos que se reportam à vinda a Portugal de Filipe II (1581-83) e, posteriormente, do seu filho Filipe III (1619), a maioria dos quais tratam exclusivamente das entradas solenes que ambos fizeram em algumas cidades. E isso percebe-se em função da grande espectacularidade que rodeou alguns dos actos da presença de ambos (particularmente as entradas de Filipe III), da profunda significação política que tiveram essas duas vindas e ainda pela enorme quantidade de relatos, quer impressos, quer manuscritos, que geraram.

O texto que se segue encontra-se estruturado em seis etapas. Primeiro faz-se uma referência aos estudos que se têm produzido. Em segundo lugar, sublinham-se as grandes linhas de interpretação que eles sugerem. Num terceiro momento, descrevem-se com um pouco mais de detalhe algumas das principais celebrações da monarquia: o juramento e aclamação de Filipe II e as entradas nas cidades ocorridas durante a jornada que Filipe III fez a Portugal. Em quarto lugar, chama-se a atenção para um vasto conjunto de cerimónias que não tem sido objecto de estu-

² Cf. Diogo Ramada Curto, *A cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos, ritos e negócios*. Lisboa, [s.n.], 1994, Tese de doutoramento em Sociologia histórica apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 245-46.

dos cuidados. Segue-se uma curta referência à influência exercida pelo cerimonial filipino nas práticas de corte em Portugal. Termina-se com uma alusão às festas e cerimónias de outras instituições que não a corte régia.

Nas duas últimas décadas, de modo particular nos anos mais recentes, muitos historiadores portugueses têm produzido estudos neste campo da festa, cerimónias e rituais da monarquia. Todavia, essas incursões, concentraram-se maioritariamente nas épocas anteriores a 1580 e posteriores a 1640³.

Para o tempo do governo dos Áustrias há que destacar, em primeiro lugar, o labor de Diogo Ramada Curto. Na sua tese de doutoramento, inti-

³ Para o período anterior a 1580 vejam-se: Ana Isabel Buescu, *Imagens do príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)*. Lisboa, Cosmos, 1996; Ana Isabel Buescu, "Um discurso sobre o príncipe. A 'pedagogia especular' em Portugal no século XVI". *Penélope. Fazer e desfazer a História*, vol. 17, (1997), p. 33-50; Nair de Nazaré Castro Soares, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Lisboa, INIC, 1994; Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa, Difel, 1995; Jacqueline Hermann, *No reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, sobretudo o capítulo 3; José Mattoso, "A coroação dos primeiros reis de Portugal" in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A memória da Nação*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, p. 187-200; Paulo Merêa, "Sobre a aclamação dos nossos reis". *Revista Portuguesa de História*. Vol. X (1962), p. 411-417. Para o período posterior a 1640 vejam-se: Rui Bebião, *D. João V. Poder e espectáculo*, Coimbra, Livraria Estante Ed., 1987; Eduardo Brazão, "A recepção de uma rainha. Festas lisboetas no século XVII". *Boletim cultural e estatístico da Câmara Municipal de Lisboa*. Vol. 1, n.º 2 (1937), p. 185-200; Nelson Correia Borges, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II. Lisboa. 1687*. Porto, Paisagem Editora, [s.d.]; Maria Manuela de Campos Milheiro Fernandes, *Braga: a cidade e a festa no século XVIII*. Braga, [s.n.], 1997, 2 vols., dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Euclides dos Santos Griné, *A construção da imagem pública do rei e da família real em tempo de luto (1649-1709)*. Coimbra, [s.n.], 1997, dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Luís Ramalhos Guerreiro, *La représentation du pouvoir royal à l'Age Baroque portuguais (1687-1753)*. [s.l.], [s.n.], 1995. Thèse pour le doctorat en Histoire présentée à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris); António Filipe Pimentel, *Arquitectura e poder. O real edifício de Mafra*. Coimbra, Instituto de História de Arte – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992; Zulmira C. Santos, "Racionalidade de corte e sensibilidade barroca: os avisos para o Paço de Luís Abreu e Mello" in *Actas do Congresso Internacional do Barroco*. Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 1991. (vol. 2), p. 381-401; Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, Fernando Bouza Alvaréz (ed.), *Festas que se fizeram pelo casamento do rei Afonso VI*. Lisboa, Quetzal Editores, 1996.

tulada *A cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos, ritos e negócios*, apresentada em 1994, usa quatro casos para se interrogar sobre o significado das cerimónias da monarquia: a morte de Filipe II, a viagem a Portugal de Filipe III, a representação de uma peça de Lope de Vega na corte de Madrid, em 1624, e a aclamação de D. João IV. Anteriormente, abrindo trilhos inovadores, havia já publicado outros textos, nos quais o ritual e cerimonial da monarquia constituíram objecto de análise. Logo no primeiro em que tratou destas temáticas, no ano de 1988, sugeriu alguns dos caminhos que viria a seguir, quando sustentou que as imagens, as cerimónias e os signos de utilização simbólica ou ritual deviam ser avaliados enquanto elementos constitutivos do discurso político. Nesse sentido, afirmou que “moedas, medalhas, estátuas, pinturas e gravuras constituíam os suportes da “retórica da persuasão”, que J. Starobinski considerava essencial ao absolutismo, por associarem o “signo da soberania” à “expressão de um poder que se materializa sobre espécies sensíveis e que é capaz de renovar sem cessar as formas sobre as quais se manifesta”⁴. Posteriormente, em *Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, identificou as principais cerimónias da corte (levantar, ida à missa, saídas do monarca a público e seu respectivo acompanhamento, a audiência e o despacho, a ida ao Desembargo do Paço, o comer do rei, a caça e as touradas), tentando estabelecer a evolução cronológica da forma como foram praticadas e usadas. Propõe a hipótese de que a um modelo que designa de “rei-justo” – presente nas entradas, nas assembleias de cortes e noutras, como a ida do rei à Casa da Suplicação – se teria seguido um outro que tende a acentuar a imagem da majestade real, já visível a partir da segunda metade do século XVII na celebração do casamento do príncipe regente D. Pedro II e que aproveita, naturalmente, “práticas rituais já existentes, mas para lhes conferir sentidos que convergem num investimento crescente na pessoa do rei”⁵.

⁴ Diogo Ramada Curto, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa, Projecto Universidade Aberta, 1988, p. 156-57.

⁵ Diogo Ramada Curto, “Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a

Outro autor que tem trabalhado neste campo é Pedro Cardim. Em 1998 foi editada a sua obra *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*, que inclui um capítulo sugestivamente intitulado “As cortes e a dimensão política do cerimonial palaciano”. Aí apresenta uma síntese sobre os sentidos e as interpretações dos cerimoniais de corte e do rei como meios de propaganda, de codificação de comportamentos, insistindo ainda na sua significação polissémica. Chama a atenção para os espaços onde ocorriam as grandes cerimónias, a saber: o Paço da Ribeira em Lisboa (que era a residência do rei) e mais concretamente a capela real e a sala grande, dita dos Tudescos, onde decorriam juramentos de reis e príncipes herdeiros, aberturas solenes de cortes, audiências, batismos de membros da casa real; a praça em frente a este palácio, designada por Terreiro do Paço, onde se efectuavam muitas festas da Casa Real como levantamentos e aclamações dos monarcas, recepção de rainhas e princesas, jogos, touradas, representações teatrais. Mas o objecto central da sua análise são as aberturas solenes de cortes, levantamento e aclamação régias, entre as quais, naturalmente, se contam as celebradas por Filipe II e Filipe III. Faz delas um relato descritivo e analisa esse cerimonial, primeiro enquanto instrumento de comunicação e de afirmação da majestade régia, para posteriormente insistir na importância dos conflitos e das rupturas que estes eventos propiciavam. Como o próprio escreve: “Em suma, partindo de uma visão das cerimónias enquanto instrumento de consenso e pacificação social, chegámos a uma concepção do ritual aúlico onde a celebração e dissensão coexistem lado-a-lado, onde júbilo e conflito se articulam...”⁶.

Num outro estudo apresentado num congresso sobre a festa na América portuguesa, realizado em Setembro de 1999, na Universidade de S. Paulo (Brasil), sem se centrar em nenhum caso específico, Pedro

XVIII” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A memória da Nação*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991, p. 262.

⁶ Cf. Pedro Cardim, *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa, Cosmos, 1998, p. 91.

Cardim trata das entradas régias nos séculos XVI e XVII⁷. Insiste no grande investimento nas festas que então se fazia, tanto em termos materiais como simbólicos, chama a atenção para a importância dos mestres cerimónias e para o papel codificador de comportamentos que tinham, mas a sua tese de fundo é a de que estas entradas eram um momento de afirmação da majestade régia e tempos propiciadores de comunicação entre as várias partes envolvidas, mas sobretudo de diálogo entre o rei e os poderes locais e o monarca e o povo. O “amor” e a justiça, esteios da relação entre os vassallos e o rei, teriam então momentos excepcionais de celebração, como o comprovam os programas iconográficos criados, nos quais estes dois tópicos regularmente figuravam.

Fernando Bouza Alvarez, não tratando propriamente de festas ou cerimónias, dá um importante contributo para a sua decifração ao estudar as imagens pintadas e gravadas que unem Filipe II a Portugal e ainda os discursos pronunciados nas suas exéquias fúnebres, nos quais as regras retóricas recomendavam a construção de um panegírico em que se desenhasse um “retrato da vida do rei”. Defende Bouza Alvarez, ao analisar a entrada régia de Filipe II, em 1581, que as pinturas eram um suporte das “imagens ditas” na altura em que o orador produzia a sua alocução na cerimónia, insistindo ainda, na linha de interpretações que se fundam nas propostas de Louis Marin, na importância decisiva da imagem (medalhas, retratos, emblemas) enquanto representação do ausente e, por essa via, testemunho da existência do poder do rei onde não chegava a presença régia⁸.

As entradas régias de Filipe II e de Filipe III foram descritas com algum detalhe por Ana Maria Alves que as considerou inovadoras, sobretudo pela magnificência e dimensão política que lhes foi dada, chegando mesmo a rotulá-las um fenómeno novo na história cultural e política por-

⁷ Cf. Pedro Cardim, “Entradas solenes. Rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII” in Istvan Jancsó e Iris Kantor (orgs.), *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo, Editora Hucitec, 2001, vol. 1, p. 97-124.

⁸ Ver Fernando Bouza Alvarez, “Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe II”. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. vol. 4, (1989), p. 19-58.

tuguesa. Até 1581, as entradas teriam sido “um espectáculo dado pelo rei e para o rei; a expensas da cidade”, agora “a sua monumentalidade, coerência programática e a sua deliberada intenção política transformaram-nas em verdadeiras plastizações de uma petição ao rei”⁹.

As mesmas entradas, juntamente com uma série de outras que Filipe II e Filipe III fizeram em cidades de Espanha, foram estudadas por Alicia Camara Muñoz. Na sua leitura refere quem tomava as decisões finais sobre os detalhes das festas, como se preparava cada cidade, quem eram os artistas dos programas decorativos, quais as formas de arte usadas e as mensagens que estas entradas difundiam, salientando como os programas iconográficos se inspiravam nos cânones estéticos e simbólicos da antiguidade clássica elaborados para “reflectir os triunfos da monarquia”¹⁰.

Destaque-se ainda Francisco Ribeiro da Silva, autor de um artigo onde dissecava com elevado pormenor descritivo a jornada de Filipe III a Portugal¹¹, com base nas relações conhecidas de Lavanha, no chamado *Memorial de Pero Rodrigues Soares* e num códice manuscrito existente na Biblioteca Pública de Évora atribuído a Manuel Severim de Faria.

Ana Megiani analisou os panfletos impressos que se produziram sobre essas entradas, fazendo uma avaliação do tipo de problemas que, para o historiador, esta documentação coloca. Trata-se, pois, mais de um exercício metodológico e de crítica de fontes, que tem o mérito de deixar muito evidente a pluralidade de funções, tanto práticas como simbólicas, que estes relatos cumpriam, ao mesmo tempo que demonstra que esses relatos correspondem a formas distintas de apropriação da cerimónia

⁹ Cf. Ana Maria Alves, *As entradas régias portuguesas*. Lisboa, Livros Horizonte, [s.d.], p. 51.

¹⁰ Ver Alicia Cámara Muñoz, “La fiesta de corte y el arte efímero de la monarquía entre Felipe II y Felipe III” in *Las sociedades ibéricas y el mar a finales del siglo XVI*. Madrid, Sociedad Estatal Lisboa '98, 1998. Tomo I, p. 67-89.

¹¹ Ver Francisco Ribeiro da Silva, “A viagem de Filipe III a Portugal: itinerários e problemática”. *Revista de Ciências Históricas*. Vol. II (1987), p. 223-260. Outras informações sobre a presença de Filipe III em Portugal em Francisco Ribeiro da Silva, “A participação do Porto nas cortes de 1619”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª série, vol. 1, 1983.

pelos seus diversos autores¹². Assim, sustenta que elas serviam de “relato para os ausentes, memória da festa para gerações futuras, lembrança para os que as presenciaram e não tiveram tempo de decifrar todos os enigmas, modelo para a montagem de outras cerimónias” e, claro está, “monumento para a glória do príncipe”¹³.

Com uma dimensão centrada na dissecação estética da arquitectura efémera edificada para a entrada de Filipe III há um estudo de J. Pizarro Gomes, sendo a mesma entrada objecto de uma avaliação, da autoria de José de Ares Montes, esta de cariz mais literário do que histórico, na qual se abordam os poetas portugueses que sobre ela escreveram¹⁴.

Por fim, refira-se um conjunto de trabalhos baseados na publicação de algumas fontes documentais de interesse para o estudo da festa e cerimónias da monarquia, por vezes acrescidos de pequenos comentários, mas a merecerem outro tipo de abordagem. Assim sucede com a relação da chegada a Lisboa do vice-rei Cristóvão de Moura, em 1600, publicada por J. Veríssimo Serrão¹⁵; com a descrição das exéquias da rainha Margarida de Áustria, celebradas no Porto em 14 e 15 de Novembro de 1611, publicadas por Luís de Sousa Couto¹⁶; ou ainda com as breves alusões às entradas filipinas, a uma tourada, em 1605, para celebrar o nascimento do príncipe herdeiro (futuro Filipe IV), aos grandes festejos organizados pela Companhia de Jesus, em 1621, em louvor da canoniza-

¹² Problema que já havia sido enunciado em Diogo Ramada Curto, “Ritos e cerimónias da monarquia...”, *ob. cit.*, p. 251-52.

¹³ Cf. Ana Paula Torres Megiani, “A escrita da festa. Os panfletos das entradas filipinas em Lisboa de 1581 e 1619” in Istvan Jancsó e Iris Kantor (orgs.), *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo, Editora Hucitec, 2001, vol. 2, p. 639-656.

¹⁴ Ver Francisco Javier Pizarro Gomes, “La Jornada de Filipe III a Portugal en 1619 y la arquitectura efímera” in Pedro Dias (dir.), *As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos – II Simpósio Luso Espanhol de História da Arte*. Coimbra, Livraria Minerva, 1987, p. 123-146 e Jose de Ares Montes, “Los poetas portugueses cronistas de la Jornada de Felipe III a Portugal”. *Filologia Románica*. N.º 7 (1990).

¹⁵ Ver Joaquim Veríssimo Serrão, “A chegada do vice-rei D. Cristóvão de Moura em 1600” in Joaquim Veríssimo Serrão, *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa, Edições Colibri, 1994, p. 285-91.

¹⁶ Ver Luís de Sousa Couto, *Origem das procissões da cidade do Porto*. Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, [s.d.], p. 154-62.

ção de Francisco Xavier e aos promovidos pelos carmelitas de Lisboa na canonização de Andrea Cursino, em 14 de Julho de 1629, referidos por Maria Eugénia Reis Gomes¹⁷.

Pese esta relativa escassez dos estudos existentes não há dúvida de que, alguns deles, cobrem os principais problemas que na historiografia internacional sobre este campo se têm discutido, mostrando, portanto, grande actualização ao nível das questões inventariadas, dos caminhos interpretativos sugeridos e até da necessidade de abordagens multidisciplinares, nas quais a antropologia e a sociologia são indispensáveis. Na impossibilidade de apresentar com detalhe as principais linhas que foram seguidas em cada um, permito-me sintetizar os pontos que, na minha óptica, mais sobressaem de toda a produção.

Em primeiro lugar, constata-se ser dominante a tendência para produzir uma interpretação da significação política das festas e do cerimonial régio, isto é para as assumir como se fossem um dos elementos constitutivos do discurso político. Quer enquanto peças da estratégia de legitimação, propaganda, amplificação e afirmação do poder no âmbito da edificação do estado moderno¹⁸, quer enquanto factos políticos preñes de significação em determinadas conjunturas concretas¹⁹, quer ainda enquanto momentos privilegiados de comunicação política entre indivíduos, facções ou grupos neles envolvidos²⁰. Isto apesar de Ramada Curto colocar algu-

¹⁷ Ver Maria Eugénia Reis Gomes, *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no Antigo Regime*. Lisboa, Instituto Português de Ensino a Distância, 1985, p. 24-25, 31-33 e 38.

¹⁸ Linha comum à quase generalidade dos estudos.

¹⁹ Tónica particularmente desbravada nas análises de Diogo Ramada Curto a propósito da dissecação dos significados e tensões que percorreram a aclamação de Filipe II, em 1581, e ainda das motivações políticas que marcaram a vinda de Filipe III a Portugal em 1619, ver Diogo Ramada Curto, *A cultura política em Portugal...*, *ob. cit.*, p. 243-44 e p. 267-268. E, ainda que insistindo em argumentos não coincidentes com os de Ramada Curto, para o caso da vinda de Filipe III, avaliada como um rotundo fracasso político pois teria aumentado o distanciamento da nobreza portuguesa em relação à coroa madrilena, em Francisco Ribeiro da Silva, "A viagem de Filipe III a Portugal...", *ob. cit.*, p. 256.

²⁰ Aspecto enfatizado nas abordagens propostas por Pedro Cardim, por exemplo, quando refere o atraso com que, propositadamente, o Duque de Bragança chegou à cerimónia de levan-

mas reservas às reflexões que lêem os rituais como mera propaganda e como instrumentos capazes de produzir uma adesão imediata de todos os que neles participam. No seu entender existem aparatos cerimoniais que, “em lugar de servirem à propaganda do Estado, constituem o próprio Estado”, não sendo portanto possível avaliá-los como uma espécie de encenação teatral de propaganda²¹.

Em segundo lugar, é visível, sobretudo nas investigações de Ramada Curto, Pedro Cardim e Bouza Alvarez, a assunção e validação das propostas de Roger Chartier para a análise dos fenómenos culturais em geral, quando este enuncia as noções de prática, representação e apropriação como essenciais para uma percepção global do fenómeno cultural²². De facto, os trabalhos destes autores procuram, a partir de uma vasta gama de fontes documentais, reconstruir algumas festas e cerimónias régias, ou seja, a prática em si, não se excusando seguidamente de ensaiar uma descodificação do que representam os objectos, actos e sequências nelas envolvidas – que por vezes têm significações simbólicas nem sempre fáceis de decifrar e outras vezes as criam – e sublinhando, como muito bem disse Ramada Curto, que “uma cerimónia, tal como um texto, se encontra sujeito a uma multiplicidade de usos”, isto é de “apropriações”, o que implica ainda “que os significados atribuídos a cada cerimónia longe de se esgotarem num suposto sentido original, sejam mutáveis e conflituais”²³.

Um terceiro tópico consistiu em indagar se a festa e as cerimónias da monarquia, entendidas como momentos que quebram o carácter rotineiro do quotidiano, devem ser avaliadas como instrumentos de conservação de uma dada ordem e configuração social, isto é, como manifestações que tendem a reforçar a coesão social e a perpetuá-la, ou se, pelo

tamento de Filipe II, em Tomar, em 1581, ver Pedro Cardim, *Cortes e cultura política...*, ob. cit., p. 60.

²¹ Cf. Diogo Ramada Curto, *A cultura política em Portugal...*, ob. cit., p. 247. Leitura que se filia nas propostas de E. Cassirer e Cliford Geertz.

²² Ver Roger Chartier, *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1988, em especial p. 13-28.

²³ Cf. Diogo Ramada Curto, *A cultura política em Portugal...*, ob. cit., p. 6-7.

contrário, não são um tempo privilegiado de recriação dessa ordem, ou seja, se não reproduzem as alterações que vão ocorrendo no tecido social. Nesta matéria não se colhe consenso. Para Pedro Cardim, partindo do exemplo das entradas solenes, a dramatização que nelas tinha lugar “possuía um significado claramente conservador, pois procurava impor uma determinada visão da comunidade, excluindo a possibilidade da virtual existência de outras, diferentes daquela que era proposta”, opinião globalmente partilhada por Mafalda Soares da Cunha ao avaliar as cerimónias de corte da Casa de Bragança²⁴. Já para Diogo Ramada Curto há uma dimensão ambivalente na festa e no cerimonial. Se, por um lado, normatizam determinados comportamentos e reproduzem uma ordem pré-existente, por outro, têm a capacidade de suscitar novas atitudes que em última instância podem “recriar” ou “inventar” a própria comunidade²⁵.

O último ponto a destacar e que foi enunciado com mais ênfase por Diogo Ramada Curto, é o de saber se as festas e cerimónias aúlicas podem ser vistas como etapas ou meios de um “processo de civilização”, que teria tido na corte o seu centro difusor primordial, como sustentou Norbert Elias. Ora, para Diogo Ramada Curto, esta interpretação suscita algumas dificuldades. Assim, se por um lado os indivíduos que frequentam a corte são coagidos por um sistema de etiqueta “que tem como exercício quotidiano o auto-controle, a repressão das pulsões e o cálculo ou avaliação das posições em que cada um se encontra”, isso dificilmente se concilia “com a atmosfera de ódios e lutas permanentes de que a corte

²⁴ Cf. Pedro Cardim, “Entradas solenes...”, *ob. cit.*, e Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhorias e redes clientelares*. Lisboa, Presença, 2000, p. 184-185.

²⁵ Um bom exemplo destas suas posições encontra-se no que diz a propósito da cerimónia da quebra dos escudos, na sequência do que mostra como este debate se funda em posições oriundas do sociologia e da antropologia. Para Durkheim e Malinowski a festa “reproduziria o social”, para V. Turner, Claude Levi-Strauss e C. Geertz “são elas próprias geradoras de uma estrutura social e ideológica que sob a forma de mitos e do sagrado, cria a própria comunidade”, cf. Diogo Ramada Curto, *A cultura política em Portugal...*, *ob. cit.*, p. 221 e 206-07.

é palco”²⁶. Por outro lado, ao avaliar cerimónias concretas, como por exemplo os ritos fúnebres da monarquia, mostra que eles contribuíram para prolongar antigas práticas rituais do choro e, nesse sentido, iam contra o processo de civilização que se ia forjando na corte e que claramente apontava no sentido do controle dos sentimentos²⁷.

Feita esta primeira avaliação global do campo em análise pretende-se agora iniciar uma aproximação mais detalhada, ainda que breve, sobre algumas das cerimónias que têm merecido maior atenção, descobrindo os seus próprios conteúdos, de modo a poder formar-se uma opinião mais precisa e viva do que foram essas cerimónias em Portugal durante o período em que o reino esteve integrado na monarquia hispânica.

Para principiar, o levantamento e juramento de Filipe II, ocorrido em Tomar, no dia 16 de Abril de 1581²⁸. O modelo inspirador da cerimónia foi o levantamento de D. João III, em 1521. O rei, vestido em opa de brocado roçagante, saiu dos seus aposentos em direcção a um pátio do convento de Cristo, onde era esperado por músicos que tocavam charamelas, atabales e trombetas, acompanhado por um cortejo onde iam os instrumentos do poder real com os respectivos oficiais: o estoque com o condestável, a bandeira com o alferes mor, as cotas dos reis de armas, arautos e passavantes, e as maças de prata dos porteiros. Chegado ao recinto da cerimónia sentou-se no trono e o camareiro entregou-lhe o ceptro, tendo à sua direita, num estrado mais elevado, o alferes com a bandeira real. Depois, foram recitadas duas arengas, uma pelo bispo de Angra e outra pelo doutor Damião de Aguiar, juiz do Desembargo do Paço, que desenvolvera papel decisivo na legitimação de Filipe II ao trono de Portugal. Em seguida, principiou o acto de juramento do rei aos seus vassallos e destes ao monarca. A cerimónia teve longa duração pois incluiu o bei-

²⁶ Cf. Diogo Ramada Curto, “A cultura política” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. III, p. 115.

²⁷ Cf. Diogo Ramada Curto, *A cultura política em Portugal...*, *ob. cit.*, p. 222.

²⁸ Esta reconstituição segue de perto as propostas de Diogo Ramada Curto, *A cultura política em Portugal...*, *ob. cit.*, p. 242-44 e Pedro Cardim, *Cortes e cultura política...*, *ob. cit.*, p. 74-76.

ja-mão ao rei que, nesse momento, se encontrava sentado numa cadeira coberta de brocado. O desfile dos vassalos para o beija-mão fez-se de acordo com uma ordem de dignidades e principiou por D. Teodósio, filho do Duque de Bragança. Após o juramento e beija-mão seguiu-se o brado aclamativo. O rei de armas disse então: “Ouvide, ouvide, ouvide”, ao que o alferes mor retorquiu: “Real, Real, Real, pelo muito alto e poderoso senhor rey D. Filipe nosso senhor”. Depois, o rei dirigiu-se à capela do convento para dar graças a Deus, acompanhado em procissão pelos capelães e cantores da capela real e pelos frades do convento e, por fim, recolheu-se aos seus aposentos, tendo-se ainda ouvido no percurso alguns brados aclamativos.

Como se pode facilmente constatar, tratou-se de um programa cerimonial muito complexo e codificado, que marcará de igual modo a maior parte das celebrações da monarquia. Note-se, todavia, que o programa, apesar de inspirado no levantamento e juramento que os monarcas faziam antes de 1580, sofreu pequenas alterações a esse cânone como, por exemplo, a de se terem produzido dois discursos, quando habitualmente apenas se pronunciava um, por norma a cargo de um prelado. O facto de se ter introduzido um segundo e de esse ter sido dito por alguém que tinha tido papel de destaque na legitimação das pretensões da nova dinastia não deixa de ser significativo. Mas, simultaneamente, houve um claro esforço destinado a fazer crer que todas as práticas rituais estavam de acordo com o costume e, por isso, eram legítimas. Como sublinhou Pedro Cardim já o bispo António Pinheiro, na sua “Persuasão do auto e levantamento de el rei Filipe I nas cortes de Tomar” (1581), sustentara que o juramento de Filipe I tinha decorrido “com as cerimonia e solenidades necessarias e costumadas fazerem se os reis destes reinos seus antecessores quando sucediam na governança deles”²⁹.

Olhemos agora para a jornada de Filipe III a Portugal, em 1619, na qual se sucederam várias festas e cerimónias.

Ramada Curto considera que uma análise desta viagem, que se integra em todo o debate político em curso a propósito da necessidade de se

²⁹ Cf. Pedro Cardim, *Cortes e cultura politica...*, *ob.cit.*, p. 66.

fixar a corte a Lisboa, implica uma tripla abordagem: a dos instrumentos utilizados (vestuário, cadeiras, etc.), a dos mitos e símbolos invocados e ainda a do conjunto de cerimónias em que se concretizam as práticas rituais: as entradas, a reunião de cortes, o juramento do rei, as audiências régias, a ida do rei à casa da Suplicação, as refeições, a ida a um auto-da-fé em Évora, a assistência à procissão do *Corpus Christi* em Lisboa, uma tourada no Terreiro do Paço, uma representação teatral no colégio jesuíta de Santo Antão³⁰.

De todas as celebrações, algumas de cerimonial bastante complexo, a que mereceu tratamento mais detalhado foram as entradas. Não constituindo uma novidade absoluta na prática da realeza portuguesa, trouxeram alguns elementos novos, nomeadamente a edificação de arcos de triunfo e, por outro lado, ganharam em magnificência e complexificação dos programas iconográficos. Na opinião de Ana Maria Alves, os motivos ornamentais dos arcos, carregados de “erudição humanista, de tipo jesuíta”, desenvolveram-se tanto, que grande parte da mensagem simbólica que encerravam não era sequer captada pela população em geral³¹.

Francisco Ribeiro da Silva descreve com minúcia a estrutura da entrada observada em Elvas, a primeira da jornada Filipina, que depois se reproduziu em outras localidades, tendo atingido a sua maior complexidade e brilho em Lisboa. Sigamos a sua reconstituição. O rei, conduzido pelo alcaide-mor que pegava a rédea do seu cavalo, era introduzido pela porta nobre, normalmente revestida de um arco triunfal alegórico; havia um discurso de boas vindas feito por uma personalidade escolhida, a que se seguia uma breve resposta protocolar do rei. Eram-lhe então entregues as chaves da cidade pelo vereador mais velho, após o que se formava um luzido cortejo, devidamente regulamentado, em direcção à Sé, podendo no percurso ser necessário transpor arcos de triunfo. No

³⁰ Ver Diogo Ramada Curto, “Ritos e cerimónias da monarquia...”, *ob. cit.*, p. 253; Diogo Ramada Curto, *O discurso político...*, *ob. cit.*, p. 158 e Diogo Ramada Curto, *A cultura política em Portugal...*, *ob. cit.*, p. 267-75. Quase todas estas cerimónias são descritas por Francisco Ribeiro da Silva, “A viagem de Filipe III a Portugal...”, *ob. cit.*, p. 240-49.

³¹ Cf. Ana Maria Alves, *As entradas régias...*, *ob.cit.*, p. 65.

cortejo, o monarca cavalgava debaixo do pálio cujas varas seguravam o juiz de fora, vereadores ou outros membros do poder local. Acompanhava-o de perto a nobreza local a pé e de cabeça descoberta, como era costume na tradição portuguesa. Em Lisboa foi mesmo solicitado ao rei que não se fizesse acompanhar por nenhum fidalgo castelhano a cavalo, pois isso era contrário à etiqueta do reino. Na Igreja o rei apeava-se, era-lhe mostrado o Santo Lenho que ele beijava, após o que a maior autoridade eclesiástica presente o conduzia ao interior do templo para um curto período de oração. Por fim, o cortejo conduzia o monarca até aos paços onde este pousava. O povo participava na cerimónia ornamentando ruas e janelas, dançando, integrando o cortejo, cantando ou ainda observando o espectáculo das janelas, gritando vivas e lançando confeitos, flores e água de cheiro. À noite, sucedia o tempo forte dos festejos, com luminárias, danças, mascaradas e outros folguedos, que podiam durar três dias³².

Ao contrário das celebrações a que se acabou de fazer referência, nas quais a presença física do rei foi uma constante, outras houve, que têm merecido menos atenção, talvez pela ausência do monarca, e que reclamam estudos mais circunstanciados, tanto do ponto de vista da sua reconstituição, como da sua significação e modos como foram apropriadas pelos vários agentes nelas envolvidos.

Estão nesse caso os festejos realizados pelo nascimento do príncipe herdeiro – futuro Filipe IV, em 1605. Em Lisboa organizaram-se touradas comemorativas no Terreiro do Paço³³, a praça mais nobre da cidade e um pouco por todo o país há ecos de outras comemorações em que, quer os poderes locais, quer alguns privados se empenharam. Em Portalegre, por exemplo, um fidalgo “fez tantas festas” que expendeu da sua fazenda mais “do que pudera gastar a cidade toda junta”, gesto des-

³² Ver Francisco Ribeiro da Silva, “A viagem de Filipe III a Portugal...”, *ob. cit.*, p. 235-36.

³³ Ver Maria Eugénia Reis Gomes, *Contribuição para o estudo...*, *ob. cit.*, p. 38-39.

mesurado que supõe, na opinião de Ramada Curto, uma troca, uma negociação, na expectativa de um retorno³⁴.

Houve igualmente festejos na entrada em Lisboa do vice-rei Cristóvão de Moura, vindo de Madrid, em Abril de 1600. Festejos que se renovaram quando partiu, doze anos depois. A sua recepção em Lisboa, onde chegou de bergantim pelo Tejo, sentado em cadeira de espaldar sobre alcatifa, a coberto de um toldo de damasco carmesim, tal como sucedera com a entrada de Filipe II em 1581, foi grandiosa. Num relato que dela se conhece chega-se a afirmar, talvez com algum exagero, que no Terreiro do Paço havia tanta gente que nem na entrada “de El rey que Deus haja houve mayor concurso”. Além da reconstituição do acto merecem atenção as trocas acontecidas entre alguns dos membros da fidalguia presentes e o novo vice-rei³⁵. No momento da partida, Cristóvão de Moura usou de um costume que os reis costumavam praticar em tempo de festa e mandou soltar dos cárceres alguns presos que tinham cometido delitos menores. Era um sinal de clemência e bondade, contraponto do exercício da justiça. Este gesto de libertação dos presos era muito usual em várias instâncias do poder de Antigo Regime e, no século XVIII era ainda um dos pontos fortes das cerimónias de eleição de um novo papa em Roma.

Vereações das cidades, cabidos das Sés e respectivos prelados envolviam-se activamente nas cerimónias fúnebres pela morte do monarca. Tal sucedeu em Évora por ocasião do falecimento de Filipe II. Maria Antónia Hespanhol reconstituiu brevemente essas cerimónias a partir do registo das actas da corporação capitular. A reconstituição, a merecer olhar mais atento no que concerne à leitura política dos actos e à avaliação de toda a simbologia inerente aos objectos, gestos, personagens e espaços em que ocorreu, deixa claro como houve um rigoroso cerimonial que foi cumprido. Mostra ainda o enorme cuidado de que arcebispo, cabido e vereadores se rodearam, para que tudo decorresse como tinha sido costume nas exé-

³⁴ Cf. Diogo Ramada Curto, “A cultura política” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, *ob. cit.*, p. 127.

³⁵ Ver Joaquim Veríssimo Serrão, “A chegada do vice-rei...”, *ob. cit.*, p. 290.

quias dos reis anteriores, sobretudo desde D. João III, para que nada se acrescentasse ou diminuísse³⁶.

As exéquias fúnebres da rainha Margarida de Áustria também devem ter sido objecto de celebrações dispersas um pouco por todo o reino. No Porto, em 14 e 15 de Novembro de 1611, decorreram na Sé, onde se erigiu uma essa. As cerimónias religiosas foram oficiadas pelo cabido, por ordem da vereação da cidade, que nelas se representou de luto, tendo tido elevado concurso de povo a assistir³⁷.

Mas de todos os festejos aqueles que porventura tinham maior impacto e adesão popular eram as manifestações de cariz religioso³⁸. As procissões e de modo especial a procissão do *Corpus Christi* continuaram a assumir durante a monarquia dos Áustrias esse estatuto. A festa do Corpo de Deus havia sido instituída por determinação papal de Urbano IV, em 1264 e, em 1311, Clemente V ordenou a sua celebração em toda a cristandade. Em Portugal, realizavam-se pelo menos desde o reinado de D. Afonso III (1248-1279) vindo a ganhar grande dimensão e esplendor a partir do reinado de D. Manuel (1495-1521). Elas continuaram a efectuar-se em todas as cidades e vilas do reino e os dois Filipes, nas suas deslocações a Portugal, tiveram ambos ensejo de nelas participar. Filipe II, incorporou-se mesmo numa delas, na cauda da procissão, lugar habitual dos reis, e ficou vivamente impressionado, como conta em carta que escreve às suas filhas, em 25 de Junho de 1582, comparando-as por certo com aquelas a que assistira em Castela: “Aqui não houve foliões mas antes muitas danças de mulheres e algumas que cantavam bem, ainda que como vos escrevi tenha visto pouco, por ir num dos extremos da procissão e por ser tão grande”³⁹. E Filipe III, estando em Almada, deslo-

³⁶ Ver Maria Antónia B. S. Hespanhol, “As cerimónias religiosas realizadas na Sé de Évora, no tempo de D. Teotónio de Bragança, pela morte de El-rei Filipe II de Espanha (1598): contribuição para a história da igreja eborense” in *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*. Évora, Inst. Sup. de Teologia. Seminário Maior de Évora, 1994. Vol. 1, p. 457-465.

³⁷ Ver Luís de Sousa Couto, *Origem das procissões...*, *ob. cit.*, p. 154-62.

³⁸ É essa a opinião de António Filipe Pimentel, *Arquitectura e poder*, *ob. cit.*, p. 74-75.

³⁹ Cf. Fernando Bouza Alvarez (org.), *Cartas para duas infantas meninas. Portugal na*

cou-se especialmente a Lisboa, em 30 de Maio de 1619, onde, de uma janela situada na Rua Nova, assistiu à famosa procissão, na qual se incorporavam mais de três mil irmãos da confraria do Santíssimo Sacramento⁴⁰.

Além das procissões do *Corpus Christi* outras se continuaram a celebrar, sendo que algumas foram instituídas durante o tempo da governação dos Filipes. Em 28 de Janeiro de 1599, a Câmara de Lisboa determinou a realização de uma procissão chamada do Ferrolho, assim designada por nela se incorporarem rapazes que durante o desfile batiam em todos os ferrolhos das portas por onde passavam⁴¹. Em Guimarães foi instituída por Filipe III, em 1622, a pedido dos religiosos franciscanos da vila, uma procissão em louvor de S. Gualter, feita para perpetuar a memória das suas potencialidades taumatúrgicas⁴².

Igualmente objecto de escassa análise foram os momentos de diversão do rei e dos seus cortesãos, e tanto as relações das jornadas dos dois Filipes a Portugal, como a colecção de correspondência que Filipe II escreveu de Lisboa para as suas duas filhas constituem excelentes repositórios dessas actividades. Passeios pelo rio e por localidades ao redor de Lisboa, caçadas, touradas, idas à missa, visitas a conventos, assistência a representações teatrais, saraus, eram os mais comuns.

Nas cartas que escreveu às suas filhas Filipe II narra alguns desses momentos transmitindo as suas sensações de forma muito viva e sincera. Por elas fica-se a saber como o monarca muito apreciou um passeio feito a Sintra, durante o qual subiu ao topo da serra para observar as largas vistas que de lá se alcançavam, o que não pode fazer pelo nevoeiro que nesse dia estava, e como muito apreciou o mosteiro de frades Jerónimos da Penhalonga e os jardins que lá havia⁴³. Como saía muitas vezes a ouvir

correspondência de D. Filipe I para suas filhas (1581-1583). Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 154.

⁴⁰ Ver Francisco Ribeiro da Silva, "A viagem de Filipe III a Portugal...", *ob. cit.*, p. 241.

⁴¹ Ver Jaime Lopes Dias, *Festas e divertimentos da cidade de Lisboa da Independência à Restauração*. Lisboa, Torres e C.^a – Livraria Perin, 1940, p. 26.

⁴² Ver Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de Filipe III*, Doações, Livro 38, fl. 296.

⁴³ Ver Fernando Bouza Alvarez (org.), *Cartas para duas infantas...*, *ob.cit.*, p. 97-99.

missa em mosteiros e conventos da cidade, aproveitando, por vezes, o resto do dia para dar um passeio de barco pelo Tejo⁴⁴. Ou que, na noite de Natal de 1581, se deitou às três da madrugada porque a missa do galo a que assistiu de uma janela que dos seus aposentos dava para a capela acabou pouco antes⁴⁵. Percebemos a sua expectativa por uma caçada que se ia fazer ao campo, ou por uma tourada que celebrava a chegada de uma armada da Índia⁴⁶. Fica-se a saber como lhe agradava ver as procissões de uma janela do Paço que dava para a Rua Nova, como sucedeu em Setembro de 1582, ao observar uma promovida pela freguesia de S. Julião, para a qual lhe deram “um papel com as coisas invulgares que entravam na procissão” e que com ele percebera as várias partes de que se compunha o desfile⁴⁷. E chega a escrever a propósito das muitas que observou, comparando-as com as que se realizavam em Madrid: “Nalgumas coisas, estas procissões levam a melhor às daí”⁴⁸. Constatamos também que muito apreciava melão, comendo por vezes em demasia o que lhe criava indisposições⁴⁹. E colhemos ainda as suas impressões a propósito da sua assistência a um auto-da-fé celebrado no Terreiro do Paço, em 1 de Abril de 1582, que avaliou assim: “o meu sobrinho e eu fomos assistir a um auto e estivemos numa janela donde vimos e ouvimos tudo muito bem e deram-nos um papel a cada um sobre os que participavam nele e envio-vos o meu para que vejais os que foram. Houve primeiro sermão como deve ser e ficámos até que se acabaram as sentenças e depois partimos porque, na casa onde estávamos, a justiça secular ia condenar à fogueira aqueles que lhe foram relaxados pelos inquisidores. Fomos às oito e regressámos para comer já perto da uma”⁵⁰.

⁴⁴ Ver Fernando Bouza Alvarez (org.), *Cartas para duas infantas...*, *ob.cit.*, p. 93-94, referente à sua ida ao convento da Madre de Deus em Xabregas.

⁴⁵ Ver Fernando Bouza Alvarez (org.), *Cartas para duas infantas...*, *ob.cit.*, p. 113-14.

⁴⁶ Ver Fernando Bouza Alvarez (org.), *Cartas para duas infantas...*, *ob.cit.*, p. 145 e 163.

⁴⁷ Ver Fernando Bouza Alvarez (org.), *Cartas para duas infantas...*, *ob.cit.*, p. 162.

⁴⁸ Ver Fernando Bouza Alvarez (org.), *Cartas para duas infantas...*, *ob.cit.*, p. 95.

⁴⁹ Ver Fernando Bouza Alvarez (org.), *Cartas para duas infantas...*, *ob.cit.*, p. 91.

⁵⁰ Cf. Fernando Bouza Alvarez (org.), *Cartas para duas infantas...*, *ob.cit.*, p. 148.

Também da jornada de Filipe III se conhecem inúmeros pormenores da sua vertente lúdica e dos momentos de diversão do rei e sua comitiva. Muito apreciou a visita a uma nau que chegava da Índia e uma “pescaria” no rio Coina, na qual foi capturado peixe em abundância. Uma tragicomédia intitulada *El rei D. Manuel conquistador do Oriente*, representada no colégio jesuíta de Santo Antão. Ou as magníficas touradas que se desenrolavam no Terreiro do Paço, com touros que foram lidados a cavalo por alguns fidalgos, galhardamente acompanhados por criados vestidos de ricas librés azul e ouro com penachos na cabeça. Touros que, pela sua bravura, chegaram a matar um cavalo o que aumentou ainda mais o destemor de um homem mascarado que pegou alguns deles de caras⁵¹.

Deve notar-se que, mesmo em muitos destes momentos de desenfado, a codificação de comportamentos levava à observação de uma rigorosa etiqueta, que se capta, por exemplo, na descrição de uma caçada que foi propiciada a Filipe II, quando da sua passagem por Almeirim. Afonso Guerreiro, um dos panegiristas dessa jornada filipina narra-a assim: “Ao dia seguinte as seis horas da tarde saio Sua Majestade com o cardeal Alberto seu sobrinho, ambos em hum coche de quatro cavallos ruços pombos ao campo, pera ver matar huns porcos, que o Monteiro mor Manoel de Mello lhe tinha mandado aprazar, tam perto dos paços, que nam seria hum quarto de legoa. E acompanhado de muitos mancebos fidalgos, que para este exercicio sam mais prompts, que hião em formosos ginetes, com lanças de monte nas mãos e muitos monteiros de cavallo, e moços de monte de pé, com outra muita gente de toda a sorte, que sairam juntamente a ver esta caça real; se foi no coche pôr em parte, donde via sair os porcos, e a gente de cavallo apos elles alanceandoos. E foi tao fertil o passatempo desta tarde, que nella foram mortos onze porcos, em menos espaço de duas horas, de que sua Magestade tanto se

⁵¹ Cf. Francisco Ribeiro da Silva, “A viagem de Filipe III a Portugal...”, *ob. cit.*, p. 241 e 247-48.

recreou, que se enxergou nelle grande gosto, assi por a caça presente, como por estima do lugar e coutada real”⁵².

As práticas e o cerimonial que os Áustrias difundiram no reino de Portugal não desapareceram de todo após a Restauração. A influência de muitos dos seus modos e hábitos perdurou. Aliás, em muitos aspectos, ela já se fazia sentir antes de 1580, trazida seguramente através das comitivas das rainhas que vieram a desposar D. Manuel e D. João III, e manifestou-se em inovações como a criação dos sumilheres de cortina, a adopção do negro nos trajes ou o aumento do hieratismo das atitudes por parte dos agentes que se moviam na corte. Depois de 1580, o modelo das entradas e as regras de funcionamento da capela real, que teve novo regimento dado precisamente em 1592, são outros sinais dessa influência⁵³. E do ponto de vista do modelo de educação do príncipe e da criação de uma “gramática de comportamentos” dos governantes e de códigos de conduta apropriados à aristocracia cortesã, como muito bem mostrou Isabel Buescu, algumas obras de autores do reino vizinho, tinham tido por cá difusão, como sucedeu com o *Relox de Principes* (1529), de frei António de Guevara e com o *Libro segundo del Espejo del Perfecto Principe Christiano* (c. 1545), da autoria de Francisco de Monçon⁵⁴. O mesmo tipo de influência, continuar-se-á a encontrar depois de 1640, na obra *Avisos para o Paço* (1659), de Luís Abreu e Mello, que era cortesão de D. João IV, onde se encontram noções que em boa parte fora beber a obras de Baltasar Gracian⁵⁵.

Após 1640, todavia, e até à celebração da paz definitiva com Castela em 1668, houve um certo apagamento das actividades cortesãs e das celebrações da monarquia. A guerra e as grandes dificuldades materiais

⁵² Cf. Afonso Guerreiro, *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa, na entrada del Rey D. Philippe primeiro de Portugal*. Lisboa, Francisco Correa, 1581, fl. não numerado.

⁵³ Como mostra Ramada Curto, o regimento de 1592 foi o primeiro que teve a capela real, cf. Diogo Ramada Curto, “A capela real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII)”. *Revista da Faculdade de Letras – Linguas e Literaturas*. (1993), p. 149.

⁵⁴ Ver Ana Isabel Buescu, *Imagens do príncipe...*, *ob. cit.*, p. 102-137 e 173-190.

⁵⁵ Ver Zulmira C. Santos, “Racionalidade de corte...”, *ob. cit.*, p. 398-400.

que o reino vivia, de certo modo justificam que a corte Joanina tivesse sido “discreta e taciturna” e “nada pródiga em festas”⁵⁶. Apenas em dois momentos isso teria sido quebrado: no casamento de D. Catarina, filha de D. João IV, com Carlos II de Inglaterra, em 1662 e no casamento de Afonso VI com Maria Francisca Isabel de Sabóia, em 1666⁵⁷. Mas a influência filipina não se apagou, como se viu nas magníficas entradas realizadas na celebração do segundo matrimónio de D. Pedro II, com Sofia Isabel de Neuburgo (1687)⁵⁸, pelo que, como já bem notou António Filipe Pimentel “a evolução do cerimonial aúlico em Portugal não poderá compreender-se desligada da marcha da nação vizinha”⁵⁹.

Essa influência começaria, no entanto, a ser quebrada pelo último quartel do século XVII, altura em que a própria monarquia dos Áustrias ia perdendo o fulgor que noutros tempos alcançara. Os modos franceses e ingleses, teriam então começado a afirmar-se cada vez mais⁶⁰, e no reinado de D. João V, a etiqueta da corte de Luís XIV já ditaria grande parte das regras que por cá se seguiam.

O balanço da produção histórica sobre este campo não ficaria completo sem se fazer alusão às festas e cerimónias de outras instituições que não a corte régia, e que com ela competem e/ou nela se inspiram.

Para principiar as festas e actos solenes produzidos pela principal casa portuguesa, os duques de Bragança que, juntamente com Filipe II, foram candidatos à sucessão da coroa em 1580. Os duques, no período da dominação filipina, viveram retirados no seu palácio de Vila Viçosa e na sua corte havia uma série de actividades que foram lidas como momentos de

⁵⁶ Cf. António Filipe Pimentel, *Arquitectura e poder...*, ob. cit., p. 84.

⁵⁷ Sobre este último ver Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, Fernando Bouza Alvarez (ed.), *Festas que se fizeram...*, ob. cit.

⁵⁸ Ver Nelson Correia Borges, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*. Lisboa. 1687. Porto, Paisagem Editora, [s.d.] e Eduardo Brazão, “A recepção de uma rainha. Festas lisboetas no século XVII”. *Boletim cultural e estatístico da Câmara Municipal de Lisboa*. Vol. 1, n.º 2 (1937), p. 185-200.

⁵⁹ Cf. António Filipe Pimentel, *Arquitectura e poder...*, ob. cit., p. 84.

⁶⁰ Ver Pedro Cardim, *Cortes e cultura política...*, ob. cit., p. 62.

encenação e exaltação do poder, tal como aconteceria com muitas das celebrações da monarquia⁶¹.

A Casa de Bragança promoveu e participou em quatro tipos distintos de cerimónias e festas: os ritos de passagem dos seus membros (baptizados, casamentos e funerais), os actos de legitimação do seu poder senhorial, as recepções de visitantes ilustres e as festas religiosas, nas quais as procissões tinham um lugar destacado. Baptizados, casamentos e exéquias fúnebres eram sempre celebrados com um grande cuidado ritual, que habitualmente implicava a convocação de um mestre cerimónias que zelava pelo cumprimento dos hábitos da família, que note-se desde já, não teriam nunca sido muito afectados pelo modelo corte-são espanhol, o que pode ser lido como a tentativa de defesa de uma identidade que se pretenderia constituir em alternativa política⁶². Nos baptizados havia um cortejo que ia do Paço à capela ducal. Nele participavam os padrinhos, por norma escolhas muito seleccionadas e quase sempre membros da família, e indivíduos que levavam as insígnias da Casa. Em 1581, numa das raríssimas excepções ao que era comum, Filipe II foi padrinho do infante Filipe, filho de D. João I de Bragança. Os casamentos eram a ocasião por excelência de exibição e propaganda do poderio brigantino⁶³, como ocorreu, por exemplo, com o de D. Teodósio II com Ana Velasco. Havia magníficos cortejos de recepção dos visitantes que se deslocavam a Vila Viçosa para as cerimónias – nos quais se plasmava a dimensão e a hierarquia interna dos poderes da Casa, jogos de canas, escaramuças, justas, touradas, fogo de artifício e de noite, as festas, mais privadas, constavam de saraus com música e danças. Nestas ocasiões, seguindo um costume muito praticado pela monarquia portuguesa, o duque comia em público, com os seus convidados, sendo a refeição acompanhada por música. A população da vila acompanhava as celebrações através da assistência aos cortejos de recepção dos visitantes,

⁶¹ Ver Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640)...*, *ob. cit.*, p. 149-51.

⁶² Ver Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640)...*, *ob. cit.*, p. 193.

⁶³ Ver Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640)...*, *ob. cit.*, p. 189.

da realização de arcos repletos de emblemas que aludiam aos duques, e pela participação em parte dos festins.

Quanto aos actos de legitimação do poder senhorial os mais emblemáticos eram os autos de posse das vilas sob jurisdição dos duques de Bragança, que consistiam fundamentalmente na cerimónia da entrega das chaves⁶⁴.

A recepção de visitantes ilustres, raramente sucedia, com excepção dos momentos em que se celebravam casamentos ou baptizados. Quando se davam, havia festas e saraus, mas por regra, tirando estes curtos períodos, o quotidiano da casa era “sóbrio e austero”⁶⁵.

Por fim, as procissões eram outro momento alto de festa que contavam com a participação dos duques, ou incorporados pessoalmente nelas, ou vendo-as das janelas dos seus paços, ou disponibilizando o terreiro do palácio, um dos lugares mais proeminentes da vila, ou ainda cedendo os touros para os festejos profanos que se lhes seguiam⁶⁶.

Para além destas cerimónias havia outras que Mafalda Soares da Cunha coloca na esfera da representação externa da Casa. A este nível há que considerar as saídas dos duques de Vila Viçosa. Entre 1580 e 1640, contam-se apenas cinco: duas para ir receber Filipe II e Filipe III e três para participar nas cortes que se celebraram no reino: 1581, 1583 e 1619. Nestas saídas punha-se todo o cuidado em mostrar a grandeza e a primazia dos Braganças no contexto da aristocracia portuguesa. Isso fica bem espelhado na composição da comitiva que acompanhou o duque D. Teodósio quando, em 1619, foi receber Filipe III. À frente do duque, que ia ladeado por D. Francisco de Melo e pelo duque de Barcelos (dois dos grandes aliados da Casa), seguiam devidamente engalanados 2 estribeiros, 24 moços de câmara, 24 moços de cavalaria e cem albardeiros. Atrás do duque desfilavam 21 fidalgos comendadores das suas terras, 40 cavaleiros da Ordem de Cristo e mais 240 homens a

⁶⁴ Ver Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640)...*, ob. cit., p. 191.

⁶⁵ Ver Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640)...*, ob. cit., p. 193.

⁶⁶ Ver Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640)...*, ob. cit., p. 194-95.

cavalo, num total de 480 pessoas⁶⁷. Frise-se que, neste período, os duques nunca cruzaram a fronteira para assistir na corte régia. É que “não se arriscava a convivência constante com a restante nobreza presente na corte, nem a submissão permanente aos jogos quotidianos do arbítrio régio pelas contingências e imponderáveis que delas poderiam resultar: apoucamento da imagem pela banalização social dos privilégios usufruídos, pelo contágio e cópia dos sinais de distinção usados, pela partilha dos mesmos espaços de representação sem a certeza do seu controlo político. A prudência avisava a distância como a melhor garantia da preservação do estatuto de preeminência social”⁶⁸.

Outra área que tem merecido atenção é a que desigmo por cerimónias públicas e regulamentadas da esfera da acção eclesiástico-clerical⁶⁹. Uso a expressão para designar um vasto conjunto de actos públicos, isto é, actos que eram passíveis de ser observados por laicos e onde estes participavam e que foram objecto de algumas regras ou determinações, ou seja, não tinham uma génese e desenvolvimento espontâneos e absolutamente livres, obedecendo, por isso, a certas determinações mais ou menos explícitas⁷⁰. Refiram-se como exemplos destas cerimónias a entrada solene de um bispo na sua diocese, a visita pastoral do prelado,

⁶⁷ Ver Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640)...*, ob. cit., p. 198.

⁶⁸ Ver Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640)...*, ob. cit., p. 200.

⁶⁹ Ver José Pedro Paiva, “O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma enenação de poder (1741-1757)”, *Revista de História das Ideias*, 15 (1993), p. 117-146 e José Pedro Paiva, “Etiqueta e cerimónias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII)” in Istvan Jancsó e Iris Kantor (orgs.), *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo, Editora Hucitec, 2001, vol. 1, p. 75-94 e “Public ceremonies ruled by the ecclesiastical-clerical sphere: a language of political assertion (16th-18th centuries)” in José Pedro Paiva (edited by), *Religious ceremonials and images: power and social meaning (1400-1750)*. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura; European Science Foundation; Palimage Editores, 2002, p. 415-425.

⁷⁰ Num certo sentido, pretendo usar, para a esfera da Igreja e do clero em geral, a proposta de Alain Boureau, no seu caso aplicada à pluralidade de rituais da esfera da acção política dos monarcas, quando propõe a noção de “manifestações públicas e regulamentadas da pessoa real” (“manifestations publiques et réglées de la personne royale”, cf. Alain Boureau, “Les cérémonies royales françaises entre performance juridique et compétence liturgique”, *Annales ESC*, 46 (1991), 6, p. 1254.

a realização de um sínodo, uma procissão, festas pela canonização de um santo, um auto-da-fé inquisitorial, etc.

Estes actos, tal como sucedia com o poder monárquico, foram também utilizados pela Igreja e por alguns dos seus membros enquanto mecanismos de comunicação política e enquanto formas de ritualização do poder. Os bispos, para dar um exemplo, tal como os monarcas, também souberam utilizar uma multiforme gama de programas de afirmação do seu estatuto. Um deles eram as entradas solenes nas dioceses.

Conhecem-se várias descrições desse tipo durante este período. A mais esplendorosa foi a de D. Rodrigo da Cunha, no arcebispado de Braga, em Junho de 1627, esplendor que pode ter sido inspirado nas triunfais entradas que, poucos anos antes, Filipe III fizera em Portugal e a que plausivelmente o arcebispo assistira, ou tivera notícia, então ainda na qualidade de bispo do Porto⁷¹. De facto, muitos dos elementos que marcaram as entradas régias filipinas descobrem-se nas entradas que muitos bispos vieram a fazer posteriormente. Estão nesse caso o facto de os prelados montarem um cavalo, a construção de arcos de triunfo, as guardas de honra militares. Estas práticas geraram inicialmente alguns desentendimentos, quer com os poderes locais, quer com a coroa, que foram renitentes e numa primeira fase até proibiram a entrada do bispo a cavalo e sob pálio⁷².

A estrutura do ritual observado na entrada do famoso arcebispo bracaraense constitui um paradigma do tipo de cerimónia que se observará com regularidade a partir de então. Nela verifica-se uma elaborada codificação de todos os momentos da cerimónia que era composta por seis núcleos principais. Primeiro, os momentos que precediam a chegada do bispo à cidade e os cuidados tomados pelo prelado e respectivas comiti-

⁷¹ Ver *Relação do recebimento e festas que se fizerão na Augusta cidade de Braga à entrada do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Rodrigo da Cunha, arcebispo e senhor dela, primaz das Hespanhas*. Braga, Fructuoso Lourenço de Basto, 1627.

⁷² A celeuma atingiu proporções tais que, em 1611, Filipe II emitiu uma provisão para as câmaras do reino pela qual impunha às vereações que estas se escusem a receber os bispos desta forma "Provisão de Sua Majestade por ele assinada sobre a entrada dos bispos", *Livro 2.º da Correia*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1958, p. 231.

vas para a gloriosa recepção. Segundo, os actos de recepção do bispo por parte dos vários corpos da urbe, ainda fora de portas da cidade, nos quais se observam cuidadosos e significativos “jogos de representação” e ainda a realização de algumas cerimónias de regozijo e boas-vindas. O terceiro núcleo da cerimónia consistia no encontro desta comitiva com todos os que a aguardavam à porta da cidade, local onde, em construção efémera criada para o efeito, o bispo beija a cruz, muda de trajes, e onde há a possibilidade de o cabido e a vereação da cidade proferirem discursos de boas vindas. A quarta etapa, um dos momentos áureos da entrada, consistia no desfile que se desenrolava da porta da cidade até à Sé Catedral, com o bispo a cavalo, sob pálio cujas varas eram transportadas pelos membros mais insignes da vereação, cortejo que percorria estratégicos pontos da cidade, onde tudo estava engalanado, transpondo eventualmente alguns arcos de triunfo especialmente construídos para o efeito. O momento seguinte, aquele que tinha um carácter mais ritualizado, religioso e privado, decorria no interior da Sé Catedral. Aí eram encenadas várias representações de grande simbolismo compostas pela bênção da Sé e dos capitulares, colocação da mitra na cabeça do prelado, reverências dos capitulares ao bispo, etc., findas as quais o bispo recolhia ao paço episcopal. O conjunto derradeiro da cerimónia, talvez o mais almejado pela generalidade da população, consistia no variado corpo de festejos que assinalavam o acontecimento, preenchidos com luminárias, foguetes, danças, touradas, simulações de duelos ou pequenas batalhas, concursos de poesia e banquetes, que muito contribuía para a grande adesão popular a estes actos.

Estas entradas episcopais, cujos elementos estruturantes se acabam de enunciar, como qualquer outra cerimónia ritual, não serviam apenas para executar actos codificados e já previamente estabelecidos. Para além de serem fonte de imensos conflitos que merecem ser estudados, elas encerravam uma função comunicativa evidente, isto é, pretendiam transmitir uma determinada mensagem. Neste caso concreto, a função do rito seria a de dar a conhecer e a reconhecer uma distinção, a superioridade episcopal, e a afirmá-la como uma diferença social conhecida e reconhecida pelo agente investido, neste caso o bispo, e por todos os outros elementos de uma comunidade. Era como se através de um acto de “ma-

gia social”, um indivíduo visse consagrada uma condição que forçava os outros a terem para com ele determinados comportamentos⁷³.

Eis, em síntese, o quadro que é possível traçar da produção histórica sobre festas e cerimonial em Portugal durante o governo dos Áustrias.

⁷³ Ver José Pedro Paiva, “O cerimonial da entrada dos bispos...”, *ob. cit.*, p. 137.